

A Metamorfose da Educação Superior no Brasil Neoliberal: Do Bem Universal à Mercadoria

R. C. I. VITURI

Doutoranda e mestre em educação pelo programa de Pós-Graduação em Educação: Currículo, da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP); psicopedagoga e pedagoga pela Universidade Nove de Julho (Uninove).

E-mail: renee_vituri@hotmail.com

COMO CITAR O ARTIGO:

VITURI, R. C. I. A Metamorfose da Educação Superior no Brasil Neoliberal: Do Bem Universal à Mercadoria. **Unitalo em Pesquisa**, URL: www.italo.com.br/pesquisa. São Paulo SP, v.6, n.4, p. 130-149, out/2016.

RESUMO

Este artigo é um recorte de parte da pesquisa de mestrado que, realizada por essa pesquisadora, insere-se na discussão sobre o financiamento da educação no Brasil, especificamente sobre o Fundo de Financiamento Estudantil (FIES) para o ensino superior privado. No texto que se segue, procurou-se refletir sobre a crescente expansão desse nível de ensino, a qual se deu especialmente pela via privada, dentro de uma lógica economicista regida sob a égide do pensamento neoliberal. Para melhor entender as nuances atual do ensino superior, foram apresentados pontos referentes à globalização, à mundialização e à internacionalização da economia e consequentes efeitos na educação superior. Essa reflexão divide-se da seguinte maneira: globalização, internacionalização e cultura; o ensino superior no cenário de espetacularização do consumo: panaceia para todos os males; e proliferação do empresariamento do ensino superior no Brasil. Infere-se que, em nome do capital econômico, a educação em nível superior teve sua aceção e aceitação sociais reduzidas, visto que se deslocou da esfera de um direito importante, que asseguraria certas prerrogativas humanas e sociais, para uma esfera de mercadoria, passível de ser adquirida no mercado como outra mercadoria qualquer.

Palavras-chave: Ensino Superior Privado; Lógica Economicista; Neoliberalismo.

ABSTRACT

This essay is just a part of a thematic approach of a master's dissertation that, was researched and written by this researcher, comes to a discussion about the educational loan in Brazil, specifically about *Fundo de Financiamento Estudantil* (FIES) to the private segment of higher education. In it, we can reflect about the growing expansion in this particular level of teaching, which particularly was led to that due to the private actions, in an economical logic conducted under the auspices of intellectual neoliberal dominance. To better understand the recent nuances of college teaching it was been presented arguments referring to globalization, worldwide expansion and internationalization of the economy and the subsequent effects in the college education. This reflexion is divided in the following way: globalization, internationalization and culture; higher education in the scene of spectacularization of consumerism: panacea for all global ills; and – proliferation of the professional management of higher education in Brazil. We can deduce that, or the sake of the economic development of the country higher education had its meaning and acceptance reduced, observing that it has transferred from the domain of an important right, that would ensure certain human and social prerogatives, to a market domain, subjected to be acquired in a market as a commodity like any other.

Keywords: Private Higher Education; Economical logic; Neoliberalism.

1 INTRODUÇÃO

No presente artigo, traz-se um recorte de uma seção da dissertação de mestrado a qual, a partir da utilização de levantamento bibliográfico e da ferramenta analítica centrada na técnica da análise documental, abordou questões relativas ao Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) para o ensino superior privado.

Neste recorte, pontua-se sobre a transformação da educação superior no Brasil, de bem universal, direito humano e um dever do Estado em uma mercadoria como outra qualquer. Fato que se viabiliza no momento em que a financeirização transforma os serviços em produtos, favorecendo o crescimento da iniciativa privada no campo educacional.

Com o intuito de apresentar essa metamorfose, regida sob a égide do pensamento neoliberal, traça-se o panorama histórico, político, social e econômico brasileiro dos anos 1990. Para melhor apresentar as nuances atual do ensino superior, são apresentados pontos referentes à globalização, à mundialização e à internacionalização da economia e consequentes efeitos na educação superior.

No interior dessas discussões, sobressai-se a relevância de uma reflexão sobre a mercantilização – mecanismo por meio do qual tudo tende a se transformar em mercadoria no modo de produção capitalista: as relações, as pessoas, os objetos, o conhecimento – do saber e do ensino e sobre a suposta democratização do acesso nesse nível de formação. Acesso este que vem se dando essencialmente pela via privada, principalmente a partir da década de 1990.

2 GLOBALIZAÇÃO, INTERNACIONALIZAÇÃO E CULTURA

A década de 1990, no que tange ao viés econômico, foi um período assinalado pela intensificação do processo de globalização e internacionalização da economia. Processo este que, iniciado nos anos 1970/1980, período no qual se presenciou o ressurgir “de um capital de aplicação financeiro altamente concentrado, havia desaparecido durante cerca de 60 anos” (CHESNAIS, 2002, p. 02).

A partir de meados da década de 1980, assistiu-se, no mundo, o capital de aplicação financeira galgar posições, exercendo significativo peso na orientação do investimento e tornando-se um dos principais objetivos dos detentores do capital. Esse capital que se valoriza “sob a forma de aplicação financeira e que provém da repartição do lucro das empresas apresenta-se como a fração dominante do capital, aquela que tem condições de comandar as formas e o ritmo de acumulação” (CHESNAIS, 2002, p. 02).

O advento dessa forma de capital, “de um capital de aplicação financeiro altamente concentrado”, trouxe em seu âmago a possibilidade de uma privilegiada posição econômica conquistada pelas finanças. Algo como o capital produzindo capital, e não serviços, pesquisas, empregos e bem-estar social (CHESNAIS, 2002, p. 02). Esse aviltamento das relações financeiras, um dos acontecimentos mais expressivos e marcantes da década de 1980, marcou também o início dos anos de 1990. Com esse aviltamento, “a mundialização do capital apresenta-se como sendo o quadro onde a relação social dos produtores no conjunto do processo do trabalho aparece mais uma vez, e com uma força renovada, como uma relação social externa a eles, uma relação entre objetos” (CHESNAIS, 2002, p. 02) que é ordenada de

modo a permitir que

as forças produtivas básicas, tais como o capital, a tecnologia, a força de trabalho, a divisão do trabalho social, o mercado e o planejamento, entre outras, entram em contínua e ampla conjugação, desenvolvendo-se de forma intensiva e extensiva, ultrapassando fronteiras geográficas e históricas, regimes políticos e modos de vida, culturas e civilizações (IANNI, 1997, p. 140).

Nessa transposição de fronteiras geográficas e históricas, “a mundialização do capital não apaga a existência dos Estados nacionais, nem as relações políticas de dominação e de dependência entre estes. Ao contrário, acentuou os fatores de hierarquização entre países” (CHESNAIS, 2005, p. 08) e o capital financeiro instituiu-se pela desregulamentação e também liberação dos sistemas financeiros por parte dos Estados nacionais detentores de maior poder, por intermédio da implantação de políticas que propiciem a concentração desse capital.

Frente ao fenômeno de internacionalização da economia e centralização do capital financeiro, legitimados por meio de leis, de reformas e de tratados, as transformações sociais tornam-se cada vez mais explícitas. Por um lado, parece haver uma suposta continuidade de vida e de trabalho, modos de ser, de pensar e de agir singulares a cada povo, a cada indivíduo, a cada região; por outro lado, presenciavam-se rupturas, descontinuidades, imprevistos simbolizados nos contrapontos: modernidade e pós-modernidade, realidade e virtualidade. Tais fatores modificam as formas de convívio e de organização social, uma vez que os “processos atravessam fronteiras nacionais, integrando comunidades e organizações, aproximando o mundo”, por meio da expansão e desenvolvimento “das tecnologias de comunicação e informação” (NARVAES, 2008, p. 88), encurtando tempo e distância, trazendo

consequências marcantes que vão além da unificação econômica e política entre os países. Produzem estragos não apenas na esfera financeira como também no âmbito social, por exemplo: aumento e acentuação da pobreza.

Além do acirramento das “desigualdades entre as sociedades” (NARVAES, 2008, p. 90) e da concentração da riqueza e expansão da pobreza dentro dessas mesmas sociedades, pois os setores sociais não se inserem de igual modo na “aldeia global”, assiste-se também à mudança de antigos padrões de relacionamento social humano, quebrando elos entre as gerações, prevalecendo valores individualistas e competitivos.

A transposição de elemento de uma cultura para a outra provoca uma reelaboração de papéis e sentidos, gerando conflitos, acentuando diferenças culturais, ampliando a exclusão social e a marginalidade, favorecendo ainda mais aqueles de maior poder. Com isso, a preocupação maior em relação à educação e cultura se inverte, não se procura mais educar para comportamentos adequados, respeito aos outros e convivência com igualdade, solidariedade e justiça. Com a mudança dos antigos padrões, resultado em grande medida do processo de globalização e de internacionalização da economia, a preocupação maior parece ser educar para o individualismo, para a competitividade em um mundo cada vez mais controverso, individualista e excludente que favorece o fortalecimento e o acirramento das diferenças.

Esse mercado do tamanho do planeta, mercado que negocia até mesmo pessoas, gera uma revolução cultural, ganhando destaque nesse cenário “a cultura de consumo”, inclusive no âmbito educacional em nível superior.

3 O ENSINO SUPERIOR BRASILEIRO NO CENÁRIO DE ESPETACULARIZAÇÃO DO CONSUMO

Como resultado da disseminação de uma cultura que se preocupa apenas em pagar por aquilo que consome, sob o manto da educação como panaceia para todos os males, vende-se a ideia do ensino superior como condição inquebrantável na conquista de mobilidade social e equidade de acesso e permanência nesse nível de ensino. Nessa perspectiva de cultura de consumo e de educação como cura para as enfermidades de toda ordem (social, econômica, pessoal),

o indivíduo é um consumidor de conhecimentos que o habilitam a uma competição produtiva e eficiente no mercado de trabalho. A possibilidade de obter uma inserção efetiva no mercado depende da capacidade do indivíduo em ‘consumir’ aqueles conhecimentos que lhe garantam essa inserção (GENTILI, 2005, p. 55).

Dessa feita fica o consumo de um “saber” e, conseqüente, a inserção no mercado, os triunfos e os fracassos sob a responsabilidade de cada um, conforme sua possibilidade de consumo, de financiamento desse consumo, de absorção e de transformação das informações em conhecimento.

Com o discurso de que mais educação formal e mais quantidade de habilitações redundam em maior desenvolvimento econômico, menor índice de desemprego e mais capacidade de competição, alimenta-se no sujeito a produção de uma falsa crença na educação como produto consumível, e não como um atributo e direito universal do homem, gerada pela fé e pela esperança de dias melhores – como se o simples acesso ao ensino superior fosse garantidor de estabilidade. Tem-se,

também, a concepção de que o simples fato da compra do serviço assegura as aprendizagens necessárias à atuação socioprofissional, levando ao equivocado pensamento de que)

sou um analfabeto funcional, intelectualmente inepto, mas posso comprar para mim o mais belo diploma, marcado com carimbo e lama. Portanto, minha nulidade existencial é anulada pelo poder do dinheiro, logo sou inteligente e um bom administrador da minha vida e de meus negócios (BITTENCOURT, 2013, p. 18).

Uma espécie de fascismo populista que “democratiza o que é indemocratizável no capitalismo: formas de consumo e estilos de vida que estão fora do alcance da população – espetacularização do consumo e falsa participação em outra classe”, o que é garantido pela “ilusão de que, ao se adquirir um produto, se alcança a igualdade com pessoas de onde este provém” (SILVA, 2008, p. 97 e 19).

Nesse alimentar de uma falsa esperança e de criação de ilusões, a globalização e internacionalização do capital geraram o imperialismo midiático. As propagandas, para muito além de venderem produtos, engendram mudanças sociais, políticas e culturais padronizadas, tornando o consumismo “o novo ópio do povo, garantidor de que a lógica do capital se mantenha hegemônica por muito tempo” (SILVA, 2008, p. 20). O que permite, dessa feita, a dominação econômica e política por meio da rivalidade feroz entre os investidores, inclusive dos investidores educacionais, acirrada pela amplitude dos recursos da publicidade.

Nesse cenário de espetacularização do consumo, a educação superior eleva-se a um novo patamar de valorização e adquire uma nova dimensão: a de ser vendida como fonte de lucro no mercado de

capitais, seja na forma de debêntures, de ações, de financiamento, seja em outra modalidade de negócio.

Concebida como um produto cuja compra possibilita ascensão social e cuja venda pode-se reverter em lucro, a educação ganha grande espaço no aparato midiático, o qual colabora na disseminação e inculcamento da necessidade urgente de um novo perfil de trabalhador adaptado às exigências da sociedade globalizada, mundializada e, principalmente, do capital. Como forma de obtenção de lucro, a televisão, o rádio, a internet e também outros meios de comunicação, como *outdoors* e espaços públicos de grande visibilidade (estações de metrô, *shopping centers*, bancas de jornal, entre outros), são utilizados por grande parte das Instituições de Ensino Superior (IES) privadas que para anunciar seus “produtos” e conquistar um número cada vez maior de “clientes”, no caso, alunos, fazem uso de diferentes artifícios para estimular as matrículas:

“matricule-se já e ganhe um lindo *tablet*”;

“estude aqui e leve um *notebook* Positivo para casa”;

“preste o vestibular e ganhe uma linda mochila do Magazine Luiza”;

“faça agora a sua matrícula e ganhe 50% de desconto nas três primeiras mensalidades”;

“indique um amigo e pague a metade do valor da mensalidade por um ano”;

“a cada indicação, você ganhará entre R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais) e R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais), dependendo do curso escolhido pelo indicado. Esse valor lhe será repassado em até 90 (noventa) dias após a entrega dos documentos e da validação da sua participação”.

“além de *notebooks*, aqueles que atingirem as metas de indicação de um amigo podem ganhar também *netbooks*, *iPods Touch* e assinaturas de revistas da Editora Abril;

“faça a sua inscrição e ganhe um kit cirúrgico”.

Nesse campo de competição feroz, algumas IES privadas

tornaram-se vedetes nacionais na venda de suas “cestas de produtos acadêmicos” ofertando diferentes possibilidades e facilidades de pagamento, de financiamento e de bolsas de estudo, horários diferenciados e maiores condições de empregabilidade para o sujeito que se tornará o aluno 10, o profissional 10, com habilidade e competência 10, num mundo de desemprego, de desigualdade e de injustiça social. Outras IES procuram seduzir e vender seus produtos por meio do mecanismo da chamada qualidade total, que “tem como finalidade maior conseguir que o trabalhador aumente o produto da mais-valia com alegria, envolvimento emocional, comportamento positivo. Um trabalhador de bem com a vida produz melhor” (DEMO, 2001, p. 88), mesmo que não possa pagar pela mercadoria-insumo que “comprou/financiou”. Essa regra que serve essencialmente ao capital deixa subjacente a ideia da escola como uma empresa.

Para alcançar o nível de um invejável modelo de instituição educacional de ensino superior, a maioria das IES propagandeia exaustivamente “a necessidade dos indivíduos consumirem um conjunto de novas competências através de cursos de requalificação profissional” (ALVES, 2008, p. 08). Cursos estes que, mormente, refletem uma moda passageira e não necessariamente uma tendência que perdure e dê condições, de fato, ao ingresso e sucesso no mercado de trabalho, também mutável ao sabor das modas! E, além, não provocam alterações nas condições miseráveis de vida da maioria da população pobre do país e, num nível mais amplo, nas relações sociais de produção que produz a classe pobre (DEMO, 2001).

Como aduziu Alves, “o que ocorre é a operação ideológica sutil de atribuir aos indivíduos, e apenas a eles, a ‘culpa’ pelo fracasso na sua inserção profissional, demonstrando o poderoso recurso da psicologia

Unifal em Pesquisa, São Paulo SP, v.6, n.4 outubro 2016

do neoliberalismo de ‘culpabilizar’ as vítimas” (2008, p. 11). Nessa arte de manipulação em que “a vítima sequer chega à consciência de que é vítima” (DEMO, 2006, p. 27), mais importa o sucesso empresarial da instituição de ensino superior do que o sucesso dos alunos no mercado de trabalho.

A vida fica subordinada à acumulação de riquezas e, nessa subordinação, não importa que a riqueza de uns signifique a miséria de muitos; não importa que o sucesso empresarial educacional seja alcançado em detrimento do endividamento e do sucesso dos alunos no mercado de trabalho.

4 PROLIFERAÇÃO DO EMPRESARIAMENTO DO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL NO CENÁRIO DE ESPETACULARIZAÇÃO DO CONSUMO

No octênio 1994-2002, tem-se 92,4% de aumento; de 851 IES, atinge-se a marca de 1.637. Em 1994 o país contava com 218 instituições públicas (25,6%) e 633 privadas (74,4%). De 1.661.034 do total de matrículas, 970.584 estavam no ensino superior privado e 690.450 no público, correspondendo o privado a 58,4% do total. No ano de 2002, o número de IES públicas tem uma redução de 10,5%, totalizando 195 (11,9%), e as IES privadas um aumento de 127,8% passando a 1.442 (88,1%). De 3.479.913 matrículas, 2.428.258 correspondem ao privado e 1.051.655 ao público. No quadriênio 2002-2006, o número de IES privadas passa para 2.022, e o setor público apresenta tímido crescimento passando a responder por 248 de 2.270 IES.

Em 2009, tem-se 2.069 IES privadas e 245 públicas. Os dados de Unifal em Pesquisa, São Paulo SP, v.6, n.4 outubro 2016

2009 demonstram que houve um aumento de 2,6% na via privada e de 3,8% de instituições públicas em comparação ao ano de 2008 quando havia 236 IES públicas e 2.016 privadas. Nesse ano de 2009, informações do Censo da Educação Superior divulgadas pelo Inep em 13 de janeiro de 2011 apontam um total de 5.954.021 matrículas sendo: 4.430.157 nas privadas e 1.523.864 matrículas nas universidades públicas, contra 1.552.953 em 2008 (BRASIL. MEC. INEP, 2013).

Passados 18 anos, 1994 a 2012, a proliferação do empresariamento do ensino superior no país ainda é uma tendência, como pode ser observado nos resultados do último Censo da Educação Superior, divulgados em 17 de setembro de 2013 pela Agência Brasil. De 2.416 instituições, 304 são públicas e 2.112 são privadas, estas últimas representam 73% no total das matrículas de graduação. De 7.037.688 de matrículas, 1.087.413 estão no setor público e 5.140.312 no privado (AGÊNCIA BRASIL, 2013).

Percebe-se, por meio do número de matrículas e de IES, ao longo de 18 anos, que o acesso ao ensino superior de fato melhorou, todavia majoritariamente pelo viés do setor privado; e, uma vez entregue a ele, suscita questionamentos quanto à democratização.

Como Conselho e Bessa trouxeram à baila, o crescimento das IES privadas em número de matrículas e estabelecimentos ampliou o acesso. Porém,

no Brasil não pode ser considerado um sintoma de democratização do acesso, mas uma mercantilização do ensino, caracterizada como não democrática e perversa, pois ofereceu aos alunos de baixa renda uma educação de baixo nível e altas mensalidades (CONSELHO E BESSA, 2007, p. 02).

Ainda no tocante à democratização do acesso ao ensino de nível
Unifal em Pesquisa, São Paulo SP, v.6, n.4 outubro 2016

superior, conforme a Porfírio e Lopes,

o discurso da 'democratização do acesso ao ensino de nível superior' também serve como justificativa para que os processos seletivos das faculdades particulares, em geral, sejam menos criteriosos quando comparados aos vestibulares das universidades públicas. Nessas circunstâncias, é inserida no contexto educacional de nível superior uma população imersa em vulnerabilidades herdadas do ensino fundamental e médio. A absorção destes estudantes, alguns com considerável grau deficitário de aprendizagem, reflete diretamente no trabalho do professor. Tais dificuldades vão desde a interpretação de texto, linguagem escrita, até o próprio entendimento do conteúdo. Assim, emerge uma pressão em torno dos professores, os quais são concebidos como verdadeiros redentores no processo de formação profissional. Desse modo, os docentes acabam por serem responsabilizados pelo desempenho dos educandos, cujas atividades acadêmicas terminam se voltando para estratégias de caráter mais tutelar do que emancipatório (2013, p. 05).

As assertivas de Porfírio e Lopes (2013) suscitam ainda questionamentos acerca da qualidade da formação profissional oferecida neste nível de ensino "tendo em vista as deficiências da educação de base do povo brasileiro, que se escancaram na academia. Ademais, é contraditório difundir o direito a educação, quando a população está, na verdade, pagando (caro!) por esse direito" (principalmente nos institutos privados de educação superior que vêm "na educação as características de um grande mercado potencial") (PORFÍRIO E LOPES, 2013, p. 03).

Na busca por satisfazer às demandas do mercado, o equilíbrio entre a função cultural, social e econômica da educação superior deslocou-se principalmente em favor desta última, tendo com objetivo primeiro à acumulação de capital por meio e a partir das credenciais educacionais, ocupando lugar de destaque a lógica da competição, a eficácia típica do mercado e do lucro em detrimento da qualidade da

educação oferecida.

O sublinhar do valor econômico em detrimento do cultural e do social, torna “a educação uma mercadoria objeto de compra e de venda no mercado” (JACOB E CABRITO, 2011, p. 09). Esse processo de privatização, como classifica Rodrigues (2007), apresenta duas faces: “educação-mercadoria” e a “mercadoria-educação”. A educação-mercadoria é de interesse dos empresários educacionais. Refere-se à “venda de vagas em um curso de graduação qualquer” interessando “em si mesma àquela instituição que diretamente a comercializa”, sendo o seu limite estabelecido pelo livre jogo da “oferta-demanda” (RODRIGUES, 2007, p. 06). A mercadoria-educação é de interesse daqueles que empreendem os demais ramos, sejam estes industriais ou comerciais. Essas duas formas de mercantilização, muito mais do que a problemática histórica de uma educação de qualidade para as elites econômicas e uma de qualidade duvidosa para as camadas menos favorecidas da população, demonstram que o setor educacional tem-se configurado na ampliação do espaço e do poder dos interesses privados e em evidente espaço ampliado para a acumulação do capital.

As IES privadas, como espaço ampliado e propício à acumulação do capital pela possibilidade de venda da educação-mercadoria e de produção da mercadoria-educação, aumentaram em número nos últimos anos e representam 89,8% do total de IES brasileiras.

No entanto, a melhora da qualidade do ensino não ocorreu proporcionalmente ao aumento das instituições; pelo contrário, a qualidade de muitas instituições decaiu significativamente com a competitividade, principalmente quando se considera a busca de alunos pela redução de valores de mensalidades. Para propiciar valores mais convidativos, são reduzidos os investimentos em infraestrutura e os

professores mais qualificados e titulados são, muitas vezes, preteridos em razão do aumento da porcentagem de lucros.

5 À GUIA DE CONCLUSÃO

Assiste-se no decorrer de quase três décadas à intensificação do processo de metamorfose da educação em nível superior de bem universal a uma mercadoria que se compra e que se vende no grande e rendoso mercado educacional brasileiro. Testemunha-se a transposição enérgica da educação para um caráter mais econômico e financeiro da economia política mundializada do que de uma formação humana calcada na produção do conhecimento e consciência política.

A educação como direito social, dever de todos e do Estado, está assegurada no artigo 205 da Constituição Federal. É direito essencial e tem como objetivo a promoção de uma vida digna, observadas a redução das desigualdades educacionais e sociais e a realização do pleno emprego, conforme os ditames da justiça social. Contudo, ainda que se afirmando em nossa Carta Magna, que a educação é um direito social e um dever do Estado, o mercado educacional privado avança vorazmente, sendo a concepção da educação como atributo e direito universal do homem preterida à ideia de educação como produto consumível, superpondo a dimensão de consumidor à de cidadão, com graves prejuízos a esta última.

Para que a garantia de acesso se constitua na concretização da educação como direito social, realmente de fato e de direito, é preciso uma reforma no padrão moral e ético da política educacional, materializada nos governos e pelos diferentes agentes que a envolvem. O valor das cifras não pode ser maior que o valor humano.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA BRASIL. **MEC divulga lista com notas dos cursos avaliados no Enade.** Empresa Brasil de Comunicação. 7 out. 2013. Disponível em:
<http://memoria.ebc.com.br/agenciabrasil/noticia/2013-10-07/mec-divulga-lista-com-notas-dos-cursos-avaliados-no-enade>. Acesso em: 2 fev. 2014.

ALVES, Giovanni. **Toyotismo, novas qualificações e empregabilidade:** mundialização do capital e a educação dos trabalhadores no século XXI. 2008. Disponível em:
<http://www.ia.ufrj.br/ppgea/conteudo/conteudo-2008-2/Educacao-MII/2SF/1-Alves2008.pdf>. Acesso em: 14 jul. 2013.

BITTENCOURT, Renato Nunes. **Conhecimento à venda?** (ano VII, n.º 78, jan.). Ciência e vida: filosofia. São Paulo: Escala, 2013. p. 15-22.

BRASIL. Mec. Inep. **Resumo técnico:** censo da educação superior de 2011. abr. 2013. Disponível em:
http://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/resumo_tecnico/resumo_tecnico_censo_educacao_superior_2011.pdf. Acesso em: 6 out.

CHESNAIS, François. **Mundialização:** o capital financeiro no comando. Trad. Ruy Braga. 2005. Disponível em:
http://revistaoutubro.com.br/edicoes/05/out5_02.pdf. Acesso em: 14 nov. 2013.

_____. **A teoria do regime de acumulação financeirizado:** conteúdo, alcance e interrogações. Trad. Catherine Marie Mathieu e Adriana Nunes Ferreira. (v. 11, n.º 1, jan.-jun.). Campinas, SP: Economia e Sociedade, 2002. p. 1-44. Disponível em:
http://www.eco.unicamp.br/docdownload/publicacoes/instituto/revistas/economia-e-sociedade/V11-F1-S18/01-Chesnais.pdf?origin=publication_detail. Acesso em: 14 nov. 2013.
Unifal em Pesquisa, São Paulo SP, v.6, n.4 outubro 2016

_____. **A mundialização financeira: gênese, custos e riscos.** São Paulo: Xamã, 1999.

CONFERÊNCIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO SUPERIOR NA AMÉRICA LATINA E NO CARIBE. **Declaração da conferência regional de educação superior na América Latina e no Caribe.** Revista da Avaliação da Educação Superior. (v. 14, n.º 1, mar). Campinas, Sorocaba, SP, 2009. p. 235-246. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/aval/v14n1/a12v14n1.pdf>. Acesso em: 24 abr. 2014.

CONSELHO, Deise Elen Abreu do Bom; BESSA, Pedro Pires. **Ensino superior particular no Brasil: histórico e desafios.** Belo Horizonte, MG: Senac/UEMG, 2007. Disponível em: <http://www3.mg.senac.br/NR/rdonlyres/eqqcsmybxfmyfq5kq3bpqd7pplftb76aww24x4griymjsunbt6goq5w3qdubmetjzpswcfba5o72d/deise.PDF>. Acesso em: 8 fev. 2013.

DEMO, Pedro. **Pobreza política.** Campinas, SP: Autores Associados, 2006.

_____. **Cidadania pequena.** Campinas, SP: Autores Associados, 2001.

GENTILI, Pablo. Três teses sobre a relação trabalho e educação em tempos neoliberais. In: LOMBARDI, José Cladinei; SAVIANI, Dermeval; SANFELICE, José Luís (Orgs.). **Capitalismo, trabalho e educação.** 3ª ed. Campinas, SP: Autores Associados/HistedBr, 2005. p. 45-59.

IANNI, Otavio. **Teorias da globalização.** 4ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

JACOB, Vera Lúcia; CABRITO, Belmiro Gil. Apresentação. In: CABRITO, Belmiro Gil; JACOB, Vera Lúcia (Orgs.). **Políticas de financiamento e acesso da educação superior no Brasil e em Portugal: tendências atuais.** Lisboa: Educa, 2001. p. 9-13.

NARVAES, Andréa Becker. A sociedade e remodelação: a cultura. In: SILVA, Enio Waldir da. **Sociedade, política e cultura**. Ijuí, RS: Universidade Regional do Nordeste do Estado do Rio Grande do Sul, 2008. p. 79-90.

PORFÍRIO, Cristiane; LOPES, Maiara. **O fetiche do direito à educação superior no Brasil contemporâneo**: implicações para a formação profissional em Serviço Social. 2013. Disponível em: <http://semanaecopol.files.wordpress.com/2013/10/gt-4-cristiane-porfc3adrio-o-fetiche-do-direito-c3a0-educac3a7c3a3o-superior-no-brasil.pdf>. Acesso em: 19 jan. 2014.

RODRIGUES, José. **Os empresários e a educação superior**. Campinas, SP: Autores Associados, 2007.

SILVA, Enio Waldir da. **Sociedade, política e cultura**. Ijuí, RS: Universidade Regional do Nordeste do Estado do Rio Grande do Sul, 2008. p. 79-90.

VITURI, Renée Coura Ivo. **Fundo de financiamento estudantil (Fies) para o ensino superior privado: acesso, processos e contradições**. Dissertação (Mestrado). São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2014.